

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO IFCE: ANÁLISE DOS ENTRAVES DA ATUAÇÃO

Antonio Alan Vieira Cardoso¹

RESUMO

A atuação do psicólogo no campo ainda pouco desbravado da educação profissional e tecnológica é desafiadora visto que são poucas as experiências consolidadas na área e, portanto, os referenciais teórico-práticos são escassos. Partindo dessa realidade o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional desenvolvida no contexto do Instituto Federal do Ceará (IFCE), por meio da caracterização dessa atuação e da identificação dos principais entraves e perspectivas de superação, buscando aprofundar os estudos já realizados e ampliar o quadro de produções da área. As informações e questões de análise, objeto do presente trabalho, foram levantadas em pesquisa qualitativa com dezesseis psicólogos do IFCE que participaram de entrevista semi-estruturada que buscava abordar a atuação desses profissionais, os desafios da prática cotidiana e suas estratégias de superação dos entraves do contexto de trabalho. No sentido de caracterização da atuação dos psicólogos, conclui-se que o modelo de atuação se encontra em processo de transformação. Os acompanhamentos individuais ainda se mantêm como os mais característicos da atuação dos psicólogos, entretanto, são nitidamente problematizados pela maioria dos profissionais, que buscam transitar para outras formas de atuação, como grupos e participação em vários espaços do IFCE. Porém, esse processo é embaraçado pela própria organização dos espaços educativos do IFCE, que ainda não é capaz de estabelecer com clareza os lugares em que pode se posicionar o psicólogo e demais trabalhadores da Assistência Estudantil, principalmente considerando-se a participação desses profissionais na formação dos estudantes e na consolidação da proposta pedagógica da instituição. Como possíveis estratégias de superação dos entraves da atuação - é apontada a relevância de se revisar e avaliar os referenciais da atuação do psicólogo no IFCE, além de promover discussão na instituição de uma forma ampla sobre o papel dos profissionais da Assistência Estudantil, entre eles, o psicólogo, no contexto da formação dos estudantes.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional. Atuação do Psicólogo. Institutos Federais.

¹ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFCE *campus* Fortaleza. E-mail: alan1crds@gmail.com

INTRODUÇÃO

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT), em 2008, abriu novos horizontes para a educação pública brasileira. Esse ato representou a estruturação de uma rede de amplitude nacional, interiorizada e gratuita, com foco em uma educação profissional e tecnológica qualificada. Foram criados 38 IFECTs, abrangendo todos os estados da federação.

Para a composição das equipes de trabalhadores que atuariam na execução da proposta pedagógica dos Institutos Federais, foram sendo realizados concursos públicos para a contratação de docentes e técnicos administrativos em educação. Entre os técnicos administrativos se inseria o cargo de psicólogo. Este profissional já aparecia nos quadros de servidores de CEFETs, mas em número muito inferior ao que foi obtido após a criação dos IFECTs. Abre-se assim, de forma concreta, um campo de atuação novo para a psicologia.

A entrada de psicólogas e psicólogos nos IFECTs foi então marcada por processos de construção de novos espaços e perspectivas de atuação. Na sua formação em psicologia esses profissionais não vislumbravam esse campo de atuação e, portanto, sua entrada nas novas instituições dialoga com a falta de perspectivas e referenciais de atuação (PREDIGER, 2010; FEITOSA, MARINHO-ARAÚJO, 2016; FEITOSA, 2017; DAVID, 2017; TITON, ZANELLA, 2018).

Esse espaço novo de atuação, com pouco mais de 10 anos de existência, sinaliza a relevância de serem construídos estudos que abordem as perspectivas de atuação do psicólogo no contexto dos IFECTs, objetivando sistematizar as experiências desenvolvidas, bem como apontar desafios desse novo campo de atuação do psicólogo, e possíveis estratégias de superação. A atuação de psicólogas e psicólogos nos Institutos Federais vem na última década sendo objeto de pesquisas e estudos em Programas de Pós-Graduação, entretanto o estado da arte sobre essa intersecção ainda é pequeno e carece de mais contribuições (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018).

Os principais estudos realizados até o momento (PREDIGER, 2010; FEITOSA, 2017; DAVID, 2017) evidenciam que a atuação do psicólogo no campo - ainda pouco desbravado da educação profissional e tecnológica - é desafiadora, visto que são poucas as experiências já consolidadas na área e, portanto, os referenciais de prática profissionais são escassos. Além disso, as pesquisas apontam que no contexto educacional dos IFECT a demanda ainda é, muitas vezes, por uma intervenção clínica individual, apontada pelos estudiosos da área da psicologia escolar/educacional como pouco efetiva para a prática dos psicólogos no contexto educacional.

Ainda assim, novas práticas estão em estruturação e apontam para a criação de intervenções mais coletivas e voltadas para a instituição educacional como um todo, deslocando o foco do trabalho do psicólogo das questões individuais do estudante para a dimensão contextual mais ampla dos próprios Institutos e suas práticas educacionais.

É importante destacar, a partir dos referenciais contemporâneos da área, que a atuação da psicologia no âmbito educacional deve ser compreendida como mediadora do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento humano, entendendo que a função das instituições educativas é socializar o conhecimento historicamente construído e possibilitar o reencontro das pessoas com a capacidade de pensamento crítico (TANAMACHI; MEIRA, 2003).

No escopo do Instituto Federal do Ceará (IFCE) esses profissionais atuam nas coordenadorias e setores de Assistência Estudantil, onde são executores diretos da Política de Assistência Estudantil (IFCE, 2015), desenvolvendo ações com foco no desenvolvimento integral e integrado dos estudantes.

Oliveira (2017) aponta que no IFCE a atuação das psicólogas e psicólogos se encontra em fase de configuração, intercalando-se práticas tradicionais do fazer do psicólogo na educação, ligadas a intervenções mais individualizadas às questões de aprendizagem dos estudantes, com práticas novas, voltadas para uma posição mais crítica quanto ao fazer tradicional e com escopo mais abrangente em direção à instituição e suas práticas. Entretanto, a autora constata uma prevalência das práticas tradicionais.

Partindo desse contexto o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional desenvolvida no contexto do Instituto Federal do Ceará (IFCE), por meio da caracterização dessa atuação e da identificação dos principais entraves e perspectivas de superação. Ao atingir esses objetivos, busca aprofundar os estudos já realizados e ampliar o quadro de produções teórico-práticas na área e contribuir na qualificação da atuação dos atuais e futuros psicólogos no contexto da educação profissional e tecnológica.

1 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Ao se pensar na atuação da psicologia nos contextos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a partir das principais produções sobre essa interface, constata-se que esta tem ocorrido, principalmente, por meio da vinculação com os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Escolar e Educacional. Tendo em vista essa questão é

oportuno abordar, ainda que de maneira breve, o desenvolvimento desse campo de prática e constituição teórica do saber psicológico.

A articulação da psicologia com a educação no Brasil acontece desde o fim do século XIX e início do século XX, por meio de disciplinas relativas à psicologia nos cursos de formação de professores, oferecidos pelas Escolas Normais e os Cursos de Pedagogia. Entretanto, o reconhecimento da psicologia como profissão no Brasil e o estabelecimento de cursos de graduação na área acontecem apenas em 1962. Predominaram nesses primeiros momentos da profissão de psicologia no Brasil, a atuação nos campos tradicionais da educação, clínica e trabalho (ANTUNES, 2008; BARBOSA, SOUZA, 2012).

Segundo Jorge (2017), as instituições escolares começaram a demandar - dos psicólogos - intervenções com os alunos que apresentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, desta forma, desenvolve-se uma psicologia escolar marcada pela patologização das dificuldades de comportamento e aprendizagem, bem como pelo fortalecimento de uma prática psicológica voltada para uma perspectiva clínica na escola. Para Antunes (2008, p. 472), esse papel que a psicologia desenvolvia na educação era marcado pela

Utilização e a interpretação indiscriminadas e aligeiradas de teorias e técnicas psicológicas, como os testes (principalmente os de nível mental e de prontidão); a responsabilização da criança e de sua família, em nome de problemas ditos de “ordem emocional”, para justificar o desempenho do aluno na escola e a redução dos processos pedagógicos aos fatores de natureza psicológica colaboraram para interpretações e práticas no mínimo equivocadas, desprezando o processo educativo como totalidade multideterminada, relegando a segundo plano, ou omitindo, fatores de natureza histórica, social, cultural, política, econômica e, sobretudo, pedagógica na determinação do processo educativo.

Essas formas de atuação e concepção dominantes na Psicologia Escolar e Educacional começam a partir do final da década de 70 do século XX a ser objeto da crítica de psicólogos e pedagogos. As explicações que circunscreviam unicamente os problemas de aprendizagem de crianças e adolescentes aos seus determinantes psicológicos, entendidos como processos intrínsecos a personalidade de cada indivíduo e/ou como reflexos de aspectos biológicos, desembocavam em práticas psicológicas estigmatizantes e excludentes que não conseguiam superar os recorrentes índices de evasão e repetência das escolas públicas brasileiras (PATTO, 1999).

Essas e outras constatações do movimento de crítica da Psicologia Escolar e Educacional se reverberam no decorrer dos anos e inauguram um novo momento na história desse campo e vai provocando mudanças no fazer das psicólogas e psicólogos escolares. Passa-se a compreender que os processos educativos, entre eles o fracasso escolar, são originados a

partir de uma multiplicidade de fatores, como as políticas educacionais, a formação docente, a organização do espaço escolar, a organização econômica da produção material, entre outros. (BARBOSA; SOUZA, 2012). Opera-se uma mudança de foco do “aluno problema” para a escola como um todo e passa-se a entender a produção do fenômeno psicológico na escolarização como resultado de fatores sociais, econômicos, históricos e políticos. A função do psicólogo nas instituições educacionais se constitui como um olhar crítico em relação às condições de gênese dos processos educativos sob uma perspectiva mais ampla, atuando assim com os alunos, os professores, a família, o sistema educativo e com a sociedade em que está inserido.

Nesse sentido, segundo Tanamachi e Meira (2003, p. 11), a Psicologia Escolar e Educacional é entendida como:

Área de estudo da Psicologia e de atuação/formação profissional do psicólogo, que tem no contexto educacional - escolar ou extra-escolar, mas a ele relacionado - o foco de sua atenção, e na revisão crítica dos conhecimentos acumulados pela Psicologia como ciência, pela Pedagogia e pela Filosofia da Educação, a possibilidade de contribuir para a superação das indefinições teórico-práticas que ainda se colocam nas relações entre a Psicologia e a Educação.

As referências teóricas da Psicologia Escolar numa perspectiva crítica se apropriam de teorias que busquem dar ênfase a essa nova dimensão do papel do psicólogo na educação. Entre esses referenciais, ganha destaque a Psicologia Histórico-Cultural, que concebe, a partir de Vygotski (2000), o ser humano na perspectiva de ser social, como síntese de relações sociais históricas e culturalmente determinadas. O processo de desenvolvimento humano ocorre sob uma base cultural, a partir da mediação de signos, construídos ao longo da história humana.

A compreensão histórico-cultural do indivíduo reforça o papel fundamental dos processos de educação formal para a humanização e a apropriação dos conhecimentos historicamente pela humanidade, reconhecendo assim a importância da escola enquanto espaço que intencionalmente organiza práticas de aprendizagem fundamentais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (VIGOTSKII, 2010; TANAMACHI, MEIRA, 2003). Amplia-se assim a perspectiva de contribuição da Psicologia na Educação, no sentido de poder ajudar que a escola cumpra o seu papel social, partindo de sua especificidade, ajudando-a a remover barreiras entre os sujeitos e o conhecimento e a formar cidadãos que se reapropriem de sua capacidade de pensamento crítico. Situa-se o profissional de Psicologia Escolar e Educacional como mediador do processo de construção de condições necessárias para a

superação de entraves aos processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento humano no contexto educacional (TANAMACHI; MEIRA, 2003).

A concepção crítica certamente tem importante influência no campo da Psicologia Escolar e Educacional, mas ainda encontra alguns desafios para sua efetiva consolidação. Segundo Guzzo *et al.* (2010), durante muitos anos os educadores reconheciam majoritariamente a clínica psicológica, baseada em um modelo médico de atendimento, como única possibilidade de trabalho dos psicólogos e o fato desses profissionais ainda não terem uma posição estabelecida dentro do sistema educacional brasileiro dificulta cada vez mais a desconstrução dessa compreensão.

O cenário que se apresenta para os profissionais de Psicologia na Educação é certamente desafiador de uma forma geral, no sentido das contradições do sistema educacional na sociedade capitalista contemporânea de crises constantes e de enfraquecimento das políticas públicas, e em relação às questões específicas da própria área da Psicologia Escolar e Educacional, que ainda caminha no seu processo de contribuir efetivamente com a educação.

É nesse contexto de fundo que se discute a inserção de profissionais de Psicologia na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Mesmo com alguns psicólogos já atuando nas Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a atuação da psicologia no campo da educação profissional e tecnológica inicia, a partir de 2008, com a criação dos IFECTs, a ser uma possibilidade concreta e efetiva de trabalho para estes profissionais. Para Feitosa e Marinho-Araújo (2018) a atuação de psicólogos escolares nessas instituições contribui para o fortalecimento de espaços formativos potencializadores do desenvolvimento humano da comunidade acadêmica e, a partir disso, corrobora com a perspectiva de uma formação qualificada que não se restringe somente à preparação de mão de obra especializada.

Os primeiros a adentrar aos IFECTs não contavam com referências teórico-práticas, que balizassem sua atuação nesse contexto, além disso, os próprios Institutos Federais ainda se consolidavam enquanto nova institucionalidade, com uma variedade de oferta de níveis e modalidades de ensino que abarcava da educação básica, passando pela educação profissional e tecnológica até a oferta de cursos de superiores (bacharelados e licenciaturas).

Em pesquisa realizada com psicólogos de um dos IFECT verificou-se que a atuação da psicologia no contexto da educação profissional, científica e tecnológica tem produzido práticas em dois eixos principais: acompanhamento da comunidade discente e participação nas políticas de assistência estudantil (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018). O primeiro eixo de acompanhamento discente se refere ao oferecimento de espaço de escuta psicológica,

participação de reuniões acadêmicas e o desenvolvimento de projetos de suporte acadêmico aos estudantes. O segundo eixo contempla a atuação do psicólogo junto a equipes de profissionais como assistentes sociais e pedagogos nos projetos e serviços da política de assistência estudantil. As autoras concluem que

Mesmo que esses profissionais tenham demonstrado preocupação com a prática clínica e individualizante de sua atuação, muitos ainda apresentam dificuldades em propor ações práticas fundamentadas nos processos de desenvolvimento humano para toda a comunidade acadêmica, bem como em ressignificar a escuta psicológica ou implementar propostas de trabalho que ampliem o espectro da sua intervenção no contexto do ensino profissionalizante (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018, p. 189).

Titon e Zanella (2018), em revisão de literatura realizada em 2017, mostram que a maioria dos trabalhos sobre psicologia escolar e educacional na educação profissional, científica e tecnológica produzidos nacionalmente apresenta influência da crítica presente na área de psicologia em diálogo com a educação, com relação a construção de atuações contextualizadas, com foco em toda a instituição - não somente nos estudantes - e na determinação complexa dos fenômenos psicológicos nos espaços educacionais. Não obstante a isso, os psicólogos e psicólogas dos Institutos Federais se deparam, assim como os demais profissionais de psicologia escolar e educacional inseridos em outros espaços educativos, com a dificuldade de compreensão do papel dessa área da psicologia, assim faz-se necessário um contínuo esforço para problematizar os contextos institucionais e as condições de produção e perpetuação das demandas escolares no interior dos IFECTs.

É também importante frisar que atuações voltadas para uma dimensão mais coletiva e institucional podem encontrar entraves devido à complexidade e diversidade de demandas nos contextos da educação profissional e tecnológica, além das próprias lacunas na formação de psicólogos e psicólogas (TITON; ZANELLA, 2018).

No contexto específico do IFCE, Oliveira (2017) detecta que a atuação do psicólogo é marcada por uma associação de práticas tradicionais - relacionadas a atendimentos individuais e/ou que remetem a modelos terapêuticos - com práticas mais recentes, direcionadas ao contexto institucional e à atenção integral aos estudantes. Entretanto, há prevalência das ações tradicionais, o que é interpretado pela pesquisadora como um processo de ajuste da identidade dos psicólogos.

Oliveira (2017) aponta, ainda, que o trabalho do psicólogo tem um alcance pequeno em relação ao número de alunos e não é compreendido por eles. Para a autora, isso pode estar relacionado a deficiências na divulgação das atribuições do psicólogo que são definidas nos

documentos institucionais e ao número insuficiente de profissionais de psicologia frente ao quantitativo de alunos.

2 METODOLOGIA

As informações e questões de análise, objeto do presente trabalho, foram levantadas em pesquisa qualitativa com psicólogos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) que participaram de entrevista semi-estruturada que buscava abordar a atuação desses profissionais, os desafios da prática cotidiana e suas estratégias de superação dos entraves do contexto de trabalho. A entrevista, segundo Gil (2008), é uma forma de interação social em que o investigador se apresenta aos sujeitos de pesquisa em busca de dados que contribuam com sua investigação. A entrevista por pautas ou semi-estruturada foi o formato escolhido. Esse tipo de entrevista é guiado por um conjunto de pontos de interesse que o pesquisador vai desenvolvendo ao longo de seu curso.

As entrevistas foram desenvolvidas especificamente com os psicólogos escolares que atuam em diversos *campi* da instituição presentes em todo o Estado do Ceará. Segundo dados do Sistema Unificado de Administração Pública do IFCE (SUAP-IFCE) e do Portal da Transparência (2019) do Governo Federal, são ao todo 30 psicólogos no IFCE, destes, dois profissionais encontram-se cedidos para outros órgãos da Administração Federal e outros três atuam na Reitoria da Instituição, em cargos de gestão ou em função não relacionada diretamente à psicologia escolar e educacional. Excetuando-se o próprio pesquisador, o número previsto de participantes da pesquisa foi de 24 psicólogos. Deste quantitativo foi possível ser contemplado o número de 16 participantes. As entrevistas foram conduzidas entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019.

As informações, fatos e processos oriundos das entrevistas foram objeto de análise e interpretação. A análise buscou organizar as informações de modo a permitir que respostas fossem encontradas para as perguntas da pesquisa. Já o processo de interpretação partiu em busca de um sentido mais ampliado das informações construídas, partindo da relação com os conhecimentos anteriormente obtidos nas pesquisas: bibliográfica e documental. (GIL, 2008).

O trabalho investigativo seguiu de forma integral as orientações do Conselho Nacional de Saúde, presente na Resolução nº 466/12 (MEC, 2012), que orienta a pesquisa com seres humanos. Os participantes foram informados de todos os aspectos da pesquisa e manifestaram anuência assinando O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Além disso, o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Conselho de Ética em Pesquisa do IFCE e

obteve aprovação de acordo com o Parecer Consubstanciado nº 2.902.552 de 18 de setembro de 2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Caracterização da atuação

Inicialmente é importante considerar que a maior parte dos 16 psicólogos participantes da pesquisa atua em setores de Assistência Estudantil em conjunto com outros profissionais, como assistentes sociais, enfermeiros e nutricionistas. Esses setores são responsáveis por desenvolver ações e programas relacionados à execução da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e no IFCE têm um regulamento próprio (IFCE, 2015). Em um dos *campi* os psicólogos estão em outro setor, visto que seu organograma não contempla a área de assistência estudantil. Neste artigo os participantes da pesquisa foram identificados por ‘Psi’, seguido de um número para diferenciá-los.

Para caracterizar a atuação do psicólogo no IFCE partiu-se da identificação das práticas realizadas por esses profissionais, que foram agrupadas em quatro categorias principais: a) Acompanhamentos Individuais; b) Campanhas; c) Ações e projetos coletivos junto aos estudantes e; d) Participação em espaços diversos da instituição. Esses conjuntos englobam ações que apresentam uma diversidade de formas de execução e de concepção e têm um objetivo de caracterização geral.

Os **acompanhamentos individuais** realizados com o corpo discente estão presentes na realidade de atuação de todos os psicólogos entrevistados. A forma como se efetivam, entretanto, varia de acordo com cada profissional. Alguns profissionais estabelecem o formato de plantão psicológico, aonde dedicam um horário específico para atender as demandas dos estudantes de forma espontânea, sem agendamento. Outros profissionais estabelecem regras para o funcionamento, como Psi 10, que afirma: “A gente oferece uma terapia breve focal por um curto período de no máximo dez sessões com esse aluno e aí se for necessário mais atendimentos, a gente tenta entrar em contato com a rede de apoio”.

O lugar do atendimento individual na psicologia escolar e educacional é problematizado e ressignificado por uma série de autores (MARINHO-ARAÚJO, 2016; MARTINEZ, 2010; BARBOSA, SOUZA, 2012). Essa modalidade de atuação se vincula a perspectivas tradicionais que reduziam as queixas escolares às condições psicológicas dos estudantes. Tais perspectivas são objeto de críticas principalmente quando se considera o ser humano como síntese de

relações sociais culturalmente determinadas (VYGOTSKI, 2000). Assim o olhar para o individual não pode ser desvinculado das dimensões coletivas que se relacionam dialeticamente com as características singulares dos sujeitos.

As queixas dos estudantes que são trabalhadas nos atendimentos individuais também são objeto de problematização dos psicólogos e alguns apontam relação com a produção das queixas pela própria estrutura da instituição e suas práticas educativas. O seguinte trecho de Psi 8 revela isso: “A gente escuta do sofrimento que é decorrente da cultura do *campus* e que a gente não pode mudar, a gente fica sem saber para aonde encaminhar, o que fazer, porque extrapola a nossa, assim, a nossa atuação, a gente não tem como dar conta de determinadas coisas”. O processo de produção institucional do sofrimento psíquico é assim revelado e encontra obstáculos para ser enfrentado, visto que o atendimento individual não pode alcançar uma dimensão coletiva de resolução.

Em termos das concepções sobre o fenômeno psicológico no âmbito educacional é importante frisar que boa parte dos psicólogos problematiza as condições em que as queixas dos estudantes são geradas e situam que o espaço educativo tem papel importante nesse processo. Revelam-se, assim, aproximações com a perspectiva crítica no campo Psicologia Escolar e Educacional, por exemplo, com as ideias de Patto (1999).

Outro importante grupo de ações desenvolvidas são as **Campanhas** feitas geralmente em colaboração com os demais profissionais do setor de Assistência Estudantil. Essas atividades geralmente estão contempladas em calendários anuais das equipes de AE e abordam questões relativas: à prevenção e promoção de saúde; ao combate ao racismo e LGBT fobia; à segurança no trânsito; à prevenção ao suicídio; aos Direitos Humanos; à cidadania; à organização estudantil, entre outras. As campanhas temáticas buscam atuar no processo de formação integral proposta pelos documentos institucionais do IFCE e se articulam aos programas do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, aparecendo no cotidiano de trabalho de praticamente todos os *campi* pesquisados.

A pesquisa de Feitosa (2017, p. 252) estabelece que a atuação dos psicólogos no âmbito da Assistência Estudantil dos Institutos Federais, tem-se limitado ao apoio do processo de concessão de auxílios estudantis e que tal política “[...] ainda contribui para um modelo de intervenção assistencialista”. Esse processo se distancia da realidade apresentada pelos psicólogos do IFCE, que referem práticas de planejamento conjunto e execução compartilhada de atividades diversas. O Regulamento da Política de Assistência Estudantil construída pelo IFCE pode ser um dos fatores que contribuem para a ocorrência de novas possibilidades de

atuação do psicólogo escolar e educacional, visto que estabelece novas práticas para além do suporte à concessão de auxílios, bem como aponta para um caráter interdisciplinar do trabalho.

Os profissionais de psicologia também costumam desenvolver **ações e projetos coletivos junto aos estudantes**, principalmente em grupos com temáticas diversas. Alguns exemplos são: orientação profissional; organização de estudo; projeto de vida; juventude; imagem corporal; literatura; saúde mental. Segundo Psi 12: “Nós desenvolvemos alguns projetos que são coletivos, que abrangem grupos de estudantes. Bem, um desses projetos é um projeto “como aprender”, a gente faz orientação de estudo em sala de aula nos primeiros semestres”. Alguns psicólogos costumam tentar enfocar esse tipo de atividade em detrimento dos acompanhamentos individuais, reconhecendo que nessas ações há um maior potencial de alcance e efetividade na relação com as questões educativas.

O espaço do grupo é um importante recurso metodológico dentro de uma concepção histórico-cultural do psiquismo humano, visto que esta pressupõe que é em relação com outros seres humanos, mediados pela cultura, que o desenvolvimento humano acontece. Segundo Vygotski (2000), a dimensão intrapsíquica de cada sujeito é construída dialeticamente a partir de uma dimensão interpsíquica, portanto a partir das relações sociais que este estabelece.

Entretanto, o espaço institucional para esse conjunto de ações geralmente é objeto de conflito. A continuidade das ações e a possibilidade de tempo, para realizá-las, é um desafio. Segundo Psi 9: “Não dá para fazer muito grupo ou inventar muita coisa, porque eles [os estudantes] têm uma carga horária muito grande”.

As ações grupais, com período planejado de encontros entram em choque com a carga horária dos estudantes e acabam levantando a problematização dos psicólogos sobre seu espaço de atuação, bem como dos demais profissionais da AE. Psi 1 relata: “Sinto ainda que podemos contribuir muito mais, se a gente tiver mais espaço, se a gente tiver mais apoio, a gente consegue desenvolver muito mais”. Aparecem assim as discussões em torno do reconhecimento do trabalho dos profissionais da AE, entre eles o psicólogo, no processo formativo dos estudantes do IFCE.

As perspectivas de fundação dos Institutos Federais de Educação pautam-se em uma concepção de educação profissional em que “[...] a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados, a capacidade de manter-se em desenvolvimento” (PACHECO, 2010, p. 15). Essa concepção se expressa de variadas formas nos documentos institucionais, como PDI e PPPI, reforçando a ideia geral de que a proposta educativa dos Institutos Federais deve ir além de uma instrumentalização para o trabalho e pressupõe preocupação com a formação humana dos

estudantes. Entretanto, esse espaço para a formação humana parece ser restrito ou, pelo menos, pode indicar que as atuações construídas por psicólogos e demais profissionais da AE não estão sendo consideradas nesse âmbito, de contribuição na formação dos estudantes.

O último grupo de ações que pode ser sintetizado a partir dos relatos dos psicólogos do IFCE é sua **participação em espaços diversos da instituição**. Estão incluídas aqui as participações dos profissionais de psicologia em comissões, grupos de trabalho, Conselhos de Classe, Colegiados de cursos superiores, Conselho Acadêmico, entre outros. Além disso, o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) são espaços do IFCE onde é marcante a presença de psicólogos.

As contribuições do psicólogo nesses lugares institucionais são diversas e envolvem uma ampliação das possibilidades de interlocução da Psicologia na Educação. O profissional transita assim desde espaços mais tradicionais de atuação do psicólogo nas instituições de educação, como o Conselho de Classe, até aqueles menos tradicionais. Essa disposição a integrar diversos setores da instituição mostra uma tentativa de se aproximar da realidade institucional como um todo.

Segundo Marinho-Araújo (2010, p. 29), as estruturas organizacionais atuais têm-se apresentado de maneiras cada vez mais diversas e com finalidades distintas, nesses contextos, segundo a autora:

O psicólogo escolar vem sendo chamado a atuar em um intrincado cenário, desde o espaço tradicional da instituição escolar até propostas educativas organizadas informalmente, ambos constituindo-se como espaços férteis de desenvolvimento, oportunizado pela mediação de processos de aprendizagem.

A partir das informações e questões levantadas com relação às práticas de psicólogas e psicólogos no contexto do IFCE, conclui-se que há uma prevalência de um modo individualizado de atuação, no sentido de que todos os profissionais realizam acompanhamentos individuais, em alguns casos, na maior parte de suas cargas horárias de trabalho. Entretanto, é oportuno constatar que esse modelo de atuação é nitidamente problematizado pela maioria dos profissionais, que buscam transitar para outras formas de acompanhamento individual, além de realizar e integrar ações coletivas.

As principais demandas que são endereçadas ao trabalho do psicólogo no contexto do IFCE, de uma forma geral, perpassam:

- a) A busca por atenção a questões de aprendizagem dos estudantes, como organização de estudo, desmotivação com o curso, dificuldades de aprendizagem e sobrecarga: “[...] tenho muitos alunos também que sofrem com essa questão do êxito, da cobrança, de um currículo muito cheio de disciplinas, muitas matérias para dar conta” (Psi 9);
- b) Sofrimento e adoecimento psíquico: “Aí tem demandas já de adoecimento mesmo, psíquico, emocional, que já tem diagnóstico, faz acompanhamento fora” (Psi 3);
- c) Crises e situações de emergência em saúde mental: “Chega muito para cá casos de alunos em surto, com crise de ansiedade” (Psi 6);
- d) Orientação a pais, professores e estudantes: “Orientação em relação a como é que eu [professor] lido com estudante tal que está agindo dessa e dessa forma, é de orientação mesmo” (Psi 12).

As pessoas que buscam ou encaminham aos psicólogos essas demandas, em geral, têm a expectativa de que essas questões sejam resolvidas no âmbito de uma atuação individual, muitas vezes até de psicoterapia. Em alguns casos o psicólogo consegue dar uma resposta a essas demandas de forma a envolver outros atores da instituição, como professores e demais profissionais da AE, entretanto, dependendo da natureza e urgência dos casos é necessário um acompanhamento mais intensivo e continuado, principalmente porque a rede de saúde mental dos municípios tem limitações e dificuldades para acolher os encaminhamentos. Nos *campi* com maior número de estudantes as demandas são muito grandes e dificultam a realização de outras ações. Segundo Psi 7: “A gente vai dar uma atenção maior a esses casos, não é que a gente negligencie outros casos, mas é uma questão até de prioridade em função da demanda, são sete mil alunos então a gente acaba triando e dando uma atenção maior a esses casos”.

Denota-se assim, a partir das demandas, que a instituição espera um determinado papel do psicólogo: atendimento clínico das questões de aprendizagem e de comportamento dos estudantes. Esse fator parece estar relacionado com a presença dos acompanhamentos individuais em todos os *campi* pesquisados.

Em se tratando das práticas que os psicólogos do IFCE almejam realizar, é prevalente o desejo de realizar atividades de grupo. Tanto no sentido de grupos voltados ao grupo de estudantes quanto ao de professores. Psi 2 afirma: “Eu gostaria muito de conseguir fazer um grupo de apoio, que tivesse uma periodicidade, quinzenal, que eu conseguisse me encontrar sempre com esses alunos e trabalhar uma série de pautas”. O interesse por essa ação também é presente no relato de Psi 10: “Grupos com os próprios professores, eu acho que seria maravilhoso, mas é um sonho. Não tem tempo e esse imaginário deles...”.

Demonstra-se assim o interesse dos profissionais de desenvolver atuações com grupos e, portanto, aumentar o alcance do trabalho com os discentes, além de buscar envolver os professores no processo de acompanhamento das questões de ensino-aprendizagem. Manifestam, com isso, uma inquietação no sentido de buscar formas coletivas de atuar e se mostrar à instituição em outros espaços.

3.2 Identificação de entraves da atuação do psicólogo escolar no IFCE

Antes de serem apresentados os principais entraves da atuação do psicólogo, no contexto do Instituto Federal do Ceará, é importante considerar o que se entende por entrave nesse trabalho. Os entraves são aqui compreendidos como os obstáculos, embaraços e impedimentos da atuação do psicólogo no IFCE no sentido de ser exercida como prática transformadora e humanizadora do processo de desenvolvimento humano nessa instituição. Entraves à finalidade central do psicólogo escolar e educacional nos contextos educativos, qual seja, a de “[...] contribuir para a construção de um processo educacional que seja capaz de socializar o conhecimento historicamente acumulado e de contribuir para a formação ética e política dos sujeitos” (TANAMACHI; MEIRA, 2003, p. 42).

As entrevistas com os psicólogos escolares do IFCE permitiram reunir cinco subcategorias de entraves à atuação: a) Expectativas institucionais em relação ao papel do psicólogo; b) Limitações das redes de políticas públicas de saúde mental; c) Alta demanda por atendimentos x capacidade de acompanhamento pelos psicólogos; d) Desarticulação entre os setores de Assistência Estudantil e Ensino e; e) Organização e gestão do trabalho do psicólogo no IFCE.

Um primeiro obstáculo ao processo de atuação do psicólogo no âmbito do IFCE é a questão das **expectativas institucionais em relação ao papel do psicólogo**, as quais refletem - de uma forma geral, uma perspectiva de trabalho clínico-terapêutico, de atenção individualizada às demandas dos estudantes.

A noção que a instituição revela é a de que os psicólogos devem unicamente atender individualmente os problemas psicológicos que se interpõem ao processo de aprendizagem, em um modelo ambulatorial. São esses tipos de demandas que são reforçadas no imaginário da instituição sobre o papel do psicólogo quando as questões de convívio e comportamento dos alunos, ao apresentarem alguma complicação, são endereçadas ao psicólogo. Segundo Psi 4: “O fato de os docentes terem muito essa visão acaba passando para os estudantes que é isso que eu estou ali para fazer, então ‘ah se você está mal procura’, assim como se eu estivesse lá para

fazer atendimento clínico”. Tenta-se naturalizar um fluxo de encaminhamento ao setor de psicologia como se fosse um equipamento de saúde mental isolado, externo à instituição educativa, que deveria fazer sua atuação descolada dela.

Martinez (2010, p. 42) aponta que, durante um longo período, a atuação do psicólogo escolar foi associada ao “[...] diagnóstico, atendimento, orientação e intervenção em relação aos problemas emocionais, de aprendizagem e de comportamento”. Essa percepção permeia as concepções de educadores de uma forma geral (GUZZO *et al.*, 2010) e, portanto, se encontra no imaginário também do contexto do IFCE.

A dimensão do olhar para as questões e demandas individuais faz parte do trabalho do psicólogo no contexto educacional, ele não pode, entretanto, ser estruturado unicamente como atendimento individual, deve caminhar no sentido de escuta das vozes institucionais, como apontado por Marinho-Araújo (2016), que passa por buscar as condições de gênese das queixas individuais que podem revelar questões da instituição como um todo.

Outro contexto que tem dificultado a atuação do psicólogo no IFCE numa perspectiva de promoção e mediação do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano é a **limitação das redes públicas de saúde mental** da maior parte dos municípios em que se encontram os *campi* do Instituto. Os equipamentos de saúde mental, como os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), não conseguem absorver as demandas de encaminhamentos. Os psicólogos relatam que, ao não terem retaguarda dessa rede, acabam tendo que desenvolver algum nível de acompanhamento dos casos mais graves e emergenciais. Como relata Psi 8: “Às vezes você acaba tendo que fazer o acompanhamento ali porque se você não fizer não vai ter quem faça, então eu acho que cabe também a questão da ética de cada profissional”. Isso acaba tomando tempo considerável dos profissionais e, ao mesmo tempo, contribuindo para reforçar o lugar do psicólogo como clínico.

A redução dos investimentos governamentais nas políticas sociais e, entre elas, as de saúde mental intensificam a redução da capacidade de atenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (DELGADO, 2019). O trabalho no psicólogo no IFCE é impactado pelas contradições do sistema de políticas sociais como um todo, abrindo assim a relevância desse profissional se incluir em lutas coletivas, com os demais trabalhadores, em prol da maioria da população e da redução das desigualdades sociais.

Essa questão das dificuldades de encaminhamento, também, reverbera na **alta demanda de atendimentos frente a um número muitas vezes insuficiente de profissionais de psicologia**. Os *campi*, em sua maioria, contam com um psicólogo em sua equipe de Assistência Estudantil. Além disso, alguns tipos de intervenções, como trabalhos em grupos, têm

difficuldade de serem colocadas em prática porque teriam melhores condições se fossem desenvolvidas com pelo menos dois profissionais. Isso se confirma no seguinte relato de Psi 6: “A gente está trabalhando com lista de espera, tem uma lista de espera, para você ter uma ideia tem gente que está, nós estamos em dezembro, tem gente que está desde setembro na lista de espera, a gente ainda não conseguiu”.

Algumas demandas que são endereçadas ao profissional de psicologia muitas vezes poderiam ter outros tipos de abordagem por outros profissionais, como professores e demais servidores. Como exemplifica Psi 10: “Deu uma coisa que fuja a normalidade, encaminha, sem nem tentar resolver”. Aumenta-se a demanda de atendimentos quando poderiam ser resolvidos por outras formas de intervenção, que não passasse necessariamente pelo psicólogo.

Outro entrave reportado pelos psicólogos no IFCE é uma certa **desarticulação entre os setores de Assistência Estudantil e Ensino**. Isso se manifesta, segundo eles, numa relação de incoerência entre as ações e projetos desenvolvidos pelos profissionais da AE e as práticas do ensino ofertado no IFCE. Alguns psicólogos relatam que em alguns momentos existem visões de mundo díspares e concepção do processo de ensino-aprendizagem conflitante. Segundo Psi 2: “No campus em que eu trabalho tem uma dificuldade de alinhamento com o setor técnico-pedagógico, tem um certo moralismo nas pautas, o acompanhamento é muito focado em boletim, em integralização curricular”.

Esse processo de desarticulação também é percebido nos conflitos quanto aos horários disponibilizados às ações do setor de AE. A carga horária dos alunos, dificilmente, comporta momentos direcionados a essas ações. Com relação a isso, pontua Psi 10 que “Às vezes o professor não quer disponibilizar a aula para um trabalho porque ele, aqui nós temos muito, como no seu também, voltado para a parte técnica e há certa desvalorização dessa área de humanas”.

Como revela Taufick (2014): os objetivos da política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais vinculam-se no marco dos direitos sociais e de atendimento integral aos estudantes, também vislumbrando um papel na formação acadêmica dos estudantes. Esse dispositivo toma como base a Política Nacional de Assistência Estudantil, desenvolvida para o contexto das universidades federais, a autora aponta, por isso, a necessidade dessa política ser construída nos Institutos Federais a partir de um marco legal próprio, almejando estar mais próxima das necessidades dos estudantes da educação profissional e tecnológica.

Essa reflexão indica que a AE nos Institutos Federais ainda está em processo de consolidação. No caso do IFCE, o Regulamento da Política de Assistência Estudantil tem o objetivo de estruturar melhor a execução das ações e programas do setor, entretanto, parece não

ter sido construído em diálogo com o setor de ensino. Os profissionais apontam concepções diferentes sobre o processo educativo e das finalidades do trabalho com a comunidade acadêmica. Surge assim a necessidade de se discutir melhor o papel da AE no IFCE, principalmente articulando-se nessa discussão os profissionais dos setores de ensino e os docentes numa busca de alinhamento conceitual e metodológico.

A **organização e gestão do trabalho do psicólogo no IFCE** - é apontada como um dos entraves. Alguns profissionais relatam que há dificuldade de comunicação entre os psicólogos, tanto no sentido de não existirem práticas mais padronizadas ou então na perspectiva de que não ocorrem encontros dessa categoria profissional. Essa possibilidade de encontros e discussão sobre a atuação ocorreu durante um tempo, mas não foi dada continuidade.

Essa busca por diretrizes mais claras em relação a atuação do psicólogo no contexto dos Institutos Federais, também aparece em David (2017) e Prediger (2010). A falta de experiência anterior no campo da Psicologia em diálogo com a Educação, bem como o campo novo de atuação no contexto da educação profissional e a própria consolidação de transformações no campo da Psicologia Escolar e Educacional são apontados pelas autoras como determinações dessa necessidade de estruturação de uma referência para a prática institucional.

No contexto do IFCE é relevante relembrar que já foram construídos referenciais para a atuação do psicólogo no contexto da Assistência Estudantil. Nas entrevistas, alguns profissionais relataram a importância dessa construção para sua prática (Psi 13) e para ajudar na divulgação do papel do psicólogo na instituição. Entretanto, para outros psicólogos (Psi 1 e Psi 11), esses referenciais não dão conta dos desafios dos seus contextos de trabalho e é indicado a importância de eles serem revistos.

Com relação à construção de referenciais para atuação do psicólogo escolar e educacional - no contexto dos IFECTs - é importante trazer a problematização de Titon e Zanella (2018), para as quais, mesmo sendo importante a sistematização de acertos e práticas exitosas, o espaço das lacunas e do não prescrito é intrínseco ao campo da atuação na educação.

É ainda apontado que poderia existir uma gestão melhor do trabalho do psicólogo no IFCE com a existência de um profissional da área na Reitoria, que atuasse como um técnico de referência, no sentido de trazer contribuições ao trabalho desenvolvido nos *campi*. Os psicólogos apontam para a necessidade de unidade na categoria no sentido de um fortalecimento a nível institucional do trabalho.

3.3 Perspectivas de enfrentamento e superação dos desafios

Como possibilidades de superação e/ou enfrentamento dos entraves da atuação os participantes levantaram determinadas estratégias e percepções que, a partir de suas respectivas práticas, têm colaborando no sentido de uma atuação mais efetiva na formação humana e crítica dos estudantes do IFCE.

A atuação dos psicólogos em geral, em equipes interdisciplinares, tem contribuído para a superação dos desafios da atuação. Segundo os profissionais, a possibilidade de conceber e desenvolver ações em parcerias com outras categorias fortalece e qualifica o trabalho do psicólogo, contribuindo para um olhar mais ampliado e diverso sobre a instituição e seus desafios. Também é apontada a importância da capacidade de diálogo e de identificar e construir parcerias com os outros profissionais, especialmente os docentes, que estejam abertos a trabalhos conjuntos.

Dominar conhecimentos pertinentes à relação da Psicologia com a Educação, além de poder contribuir com as questões da instituição, mostrando-se capacitado, é identificada como uma importante estratégia para o reconhecimento do papel do psicólogo no IFCE. Além disso, apontou-se a necessidade dos profissionais estarem sempre estudando, buscando com isso alimentar sua prática.

Outro ponto relevante é compreender a atuação no contexto do IFCE dentro da relação mais ampla da Educação Profissional e Tecnológica, reconhecendo o caráter inicial e novo dessa relação. O campo novo requer, portanto, abertura para a construção de novas referências e persistência para se alcançar resultados que vêm, muitas vezes, a médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa relatada neste trabalho buscou contribuir no processo de atuação de psicólogas e psicólogos escolares no contexto do Instituto Federal do Ceará a partir da identificação e análise dos entraves desse trabalho. Acredita-se assim que podem ser oferecidos subsídios para processos de problematização da atuação do psicólogo, bem como a construção de indícios para a transformação e qualificação das práticas. Além disso, o estudo busca ser mais uma contribuição nas produções científicas em torno do campo novo da atuação do psicólogo na educação profissional e tecnológica.

Foi possível constatar, a partir das entrevistas, que o modelo de atuação do psicólogo escolar no IFCE se encontra em processo de transformação. Os acompanhamentos individuais ainda se mantêm como os mais característicos da atuação dos psicólogos, entretanto, são nitidamente problematizados pela maioria dos profissionais, que buscam transitar para outras

formas de atuação, como grupos e participação em vários espaços do IFCE, integrando e realizando ações mais coletivas.

Com relação aos principais entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no IFCE foi possível identificar, a partir das entrevistas, os seguintes: a) Expectativas institucionais em relação ao papel do psicólogo; b) Limitações das redes de políticas públicas de saúde mental; c) Alta demanda por atendimentos em relação à capacidade de acompanhamento pelos psicólogos; d) Desarticulação entre os setores de Assistência Estudantil e Ensino e; e) Organização e gestão do trabalho do psicólogo no IFCE.

Os profissionais apontam que existe a expectativa da instituição de que sejam realizados atendimentos psicológicos individuais frente às demandas do processo de aprendizagem e comportamento dos estudantes. Esse entrave se materializa como uma redução das possibilidades de atuação, não reconhecimento de outras práticas pelo psicólogo e numa perspectiva de certa desresponsabilização da instituição com as questões gestadas em seu interior.

Esse modelo de atuação mais individualizado também, de certa forma, é impulsionado pela dificuldade dos psicólogos de conseguir encaminhar casos mais graves para as redes de políticas públicas de saúde mental dos municípios. Isso acaba levando os profissionais a se dedicarem à atenção de questões de adoecimento psíquico, muitas vezes com limitações devido às especificidades do campo educacional, afastando-se de outras perspectivas de atuação e reforçando o imaginário do psicólogo como profissional do atendimento clínico individual.

Gera-se também, pelos fatores apontados acima, uma alta demanda por atendimentos frente a um número, muitas vezes insuficiente, de profissionais de psicologia. Os relatos dão conta de fila de espera para acompanhamento psicológico, especialmente nos *campi* com maior número de estudantes.

Outro entrave presente na realidade de muitos profissionais é a existência de determinados distanciamentos entre as perspectivas dos setores de Ensino e da Assistência Estudantil. Em muitas situações percebe-se uma atuação paralela entre os setores e até conflitante, seja no sentido de disputarem espaço na carga horária dos estudantes ou até mesmo na concepção de educação. Ocorrem descontinuidades e dificuldade de se trabalhar de forma integrada frente às questões de ensino-aprendizagem.

A forma de se organizar e gerir o trabalho do psicólogo no IFCE é compreendido pelos profissionais como um desafio da atuação. Muitos acreditam na importância de serem desenvolvidas mais reuniões entre a categoria na intenção de alinhar melhor os rumos do

trabalho, de compartilhar experiências, além de definir e revisar estratégias de lidar com as questões que se colocam à atuação dos psicólogos no IFCE.

Conclui-se que os psicólogos e psicólogas do Instituto Federal do Ceará têm refletido sobre suas práticas e problematizado espaços de atuação tradicionais. Estes se movimentam construindo práticas cada vez mais diversas, ressignificando o papel do psicólogo na educação. Entretanto, esse processo é embaraçado pela própria organização dos espaços educativos do IFCE, que ainda não é capaz de estabelecer com clareza os lugares em que pode se posicionar o psicólogo e demais trabalhadores da Assistência Estudantil, principalmente considerando-se a participação desses profissionais na formação dos estudantes e na consolidação da proposta pedagógica da instituição.

Após o percurso possibilitado pela pesquisa e por meio das articulações teóricas da Psicologia Histórico-Cultural e Psicologia Escolar Crítica são feitas alguns apontamentos que podem contribuir na superação dos entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no IFCE, para além dos já apontados pela própria práxis dos psicólogos participantes da pesquisa:

- a) Os Referenciais de atuação profissional do psicólogo no IFCE podem ser avaliados pela própria categoria no sentido de serem revisados a partir da prática que se desenvolve nos *campi* do IFCE. Essa revisão serviria para uma maior apropriação dos profissionais com relação às diretrizes gerais da atuação e facilitaria processos de unificação de suas reivindicações, bem como de processos de divulgação de novas práticas;
- b) O regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE poderia ser debatido com o setor de Ensino da instituição, como forma de ampliar a percepção dos objetivos e finalidades da Política, bem como de situar a relevância de uma atuação alinhada para o desenvolvimento de ações mais integradas e efetivas para a formação oferecida pelo IFCE. Esse debate deveria acontecer tanto em nível da reitoria da instituição quanto nos *campi*, mediado pela DAE e setores de AE, respectivamente;
- c) Um levantamento da necessidade de contratação de novos servidores psicólogos nos diversos *campi* do IFCE, apontando os desafios das unidades onde ocorre sobrecarga dos profissionais, poderia ser realizado pelo conjunto de profissionais de psicologia com a mediação da Diretoria de Assuntos Estudantis e ser objeto de reivindicação à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas do IFCE;
- d) Esses indicativos apresentados aqui requerem a capacidade de um engajamento do conjunto de psicólogos em um processo de construção coletiva orientada pela finalidade de fortalecer suas práticas na direção de um compromisso social e ético com a

construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade, como foco na transformação social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2019.
- BARBOSA, Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 163-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282323570018>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- DAVID, Marina Magalhães. **Atuação da psicologia escolar no Instituto Federal de Goiás: concepções e práticas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24630>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, maio, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000200200&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 27 jul. 2019.
- FEITOSA, L. R. C.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 35, n. 2, p. 181-191, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000200007>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- FEITOSA, L. R. C.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: oportunidades para atuação profissional. In: Viana, M. N.; Francischini, R. (org.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília: CFP, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-escolar-que-fazer-e-esse/>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante. **Psicologia escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: contribuições para a atuação na educação superior**. 2017. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23050>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUZZO, Raquel S. L. *et al.* Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. spe, p. 131-141, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2019.

IFCE. **Referenciais de atuação dos Profissionais de Assistência Estudantil**. Fortaleza: IFCE, 2016. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/referenciais-de-atuacao-dos-profissionais-da-ae.pdf/view>. Acesso em: 21 jul. 2019.

IFCE. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce/regulamento-da-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce.pdf/view>. Acesso em: 21 jul. 2019.

JORGE, Josiane de Paula. Psicologia escolar e educação profissional e tecnológica: uma prática em construção. In: NEGREIROS, Fauston; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. (org.). **Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior**. Teresina: EDUFPI, 2017.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 199-211, abr./jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000200199&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2019.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 17-35, mar. 2010. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2249/0>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MARTINEZ, Albertina Mitjáns. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2250/2217>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MEC. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. [S. l.], 12 dez. 2012. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 5 jan. 2018.

OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno. **Avaliação do serviço de psicologia da assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza - CE, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28432>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Detalhamento dos Servidores Públicos**. [S. l.], 12 jul. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/cABG8. Acesso em: 12 jul. 2019.

PREDIGER, J. **Interfaces da psicologia com a educação profissional, científica e tecnológica: quereres e fazeres**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77886>. Acesso em: 5 jan. 2018.

TANAMACHI, E. R.; MEIRA, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. *In*: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (org.). **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 11-62 p.

TAUFICK, A. L. O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **RBPAE**, v. 30, n. 1, p. 181-201, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>. Acesso em: 27 jul. 2019.

TITON, A. P; ZANELLA, A. V. Revisão de literatura sobre psicologia escolar na educação profissional, científica e tecnológica. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 359-368, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018010922>. Acesso em: 13 jul. 2019.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. *In*: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2010. 103- 117 p.

VYGOTSKI, L. S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. *In*: VYGOTSKI, L. S. L. S. **Vygotski Obras escogidas**. Madrid: Visor, 2000. 11-340 p.